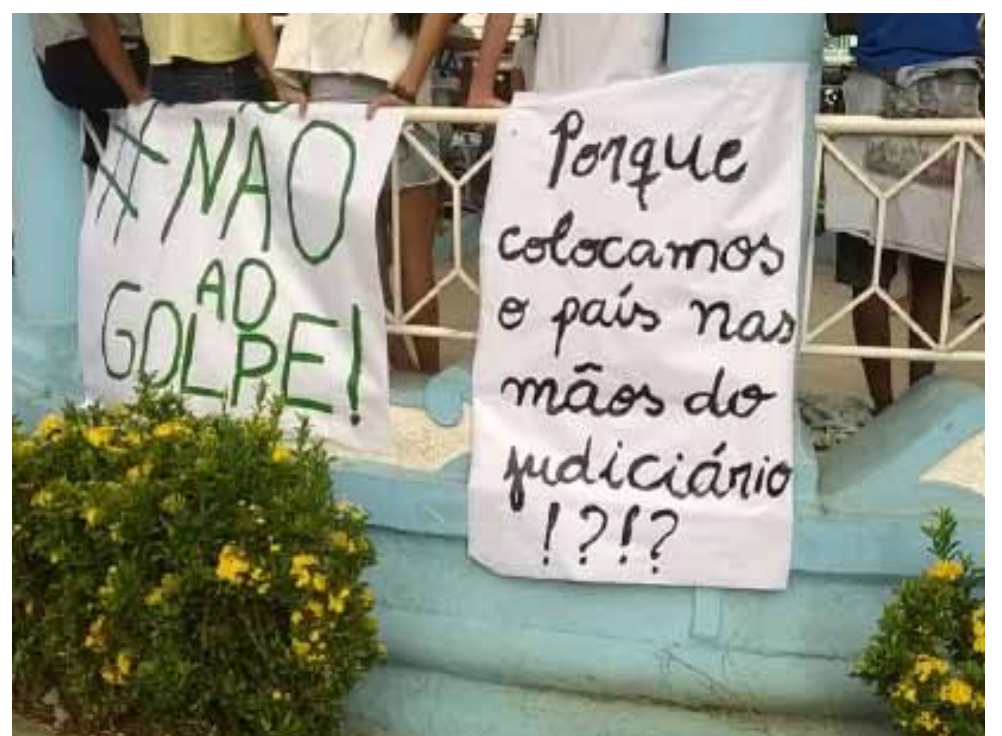


INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 39 - Cruz das Almas (BA) - 11 de Maio de 2016 - www.apur.org.br

COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFRB BRADA:

NENHUM DIREITO A MENOS!



PLENÁRIA “NENHUM DIREITO A MENOS” VAI A RUA DENUNCIAR O GOLPE



Cerca de 100 pessoas – estudantes universitários e secundaristas, professorxs, terceirizadxs, servidor técnico e professores da rede pública – caminharam na manhã de ontem, terça-feira (10), pelas ruas da cidade de Amargosa-BA, onde fica o Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, pronunciando palavras de ordem que denunciavam cortes na educação, a tentativa de golpe ao governo e o avanço conservador da sociedade brasileira.

A passeata aconteceu após a Plenária “Nenhum direito a Menos”, promovida pela APUR, onde xs participantes decidiram por construir uma agenda comum de proposições contra o golpe e de ações para os próximos momentos. Para isso, os grupos se reuniram a tarde e decidiram uma pauta conjunta.

Na plenária xs participantes foram enfáticos em solidarizar-se com as demissões previstas para o setor de terceirizadxs anunciadas hoje pela gestão.

Perigo conservador

Um dos professores participantes da plenária, Raul Lomanto, aponta para o perigo deste momento conservador. Segundo ele “isto tem sido trabalhado há algum tempo por esta estrutura conservadora que domina o estado, o ódio nasce no primeiro momento com o Partido dos Trabalhadores, mas no pano de fundo esta a violência contra os povos negros, os povos do campo, contra a população LGBT e mulheres e os exemplos são bem claros” continua ele, “porque quando um parlamentar no exercício de seu trabalho que deveria ser sagrado, diz que vai bater numa mulher porque ela bate como um homem, quando um governo que pode vigorar ainda esta semana pretende nomear um fundamentalista para o Ministério da Ciência e Tecnologia, fica clara a quebra de direitos das minorias, e a gente vê que o trabalho de ódio feito nos últimos anos ganhou uma parte da sociedade e vai ser implementado com força e raiva”, finaliza.

A participação também foi marcada pela crítica aos recuos do governo Dilma e às alianças feitas para manutenção da agenda, tendo resultado no bloqueio aos avanços democráticos. Contudo, unanimemente apontaram sua oposição ao golpe.

Também foram analisadas as tentativas de interferência na autonomia no exercício da profissão quando se anuncia a proibição de ‘falar de política, gênero, sexualidade’ nas aulas, pauta de muitos sujeitos públicos no atual momento. A professora do Centro Educação Territorial e Profissional do Vale do Jiquiriçá, Mariana Queiroz foi enfática em denunciar esta tentativa e incentivar a resistência. Diz ela “estão querendo retomar a

historia da ditadura militar, esta de proibir que se fale de toda e qualquer minoria e que se faça qualquer discussão política”, a isso ela argumenta “na minha sala quem manda sou eu, a sala de aula é espaço do professor, do diálogo, de forma que na minha sala, enquanto viva eu estiver, eu vou falar de política, de gênero e sexualidade, de minorias e de tudo que a turma se propuser para o debate”, defendendo Queiroz a autonomia dx professor e a garantia do debate.

Cortes e diminuições de direitos

Os cortes na universidade, fruto da atual crise política, elevam para 20% os contingenciamentos de custeio em cima do que foi já feito no ano passado, e 60% do investimento (já cortado no ano passado também). Isto tem afetado diretamente a viabilidade de trabalho, eventos, programações de extensão. O curso de educação física do CFP tem sua viabilidade ameaçada. A coordenadora do Colegiado, Marcia Cozzani diz “estamos com uma pauta para o curso e não temos a certeza que vamos ofertar os componentes obrigatórios para o próximo semestre por falta de infraestrutura, especialmente”, continua, “o momento é de muita incerteza porque não temos espaço para atividades, o MEC baixou uma portaria proibindo o aluguel, a reitoria tem ido a Brasília negociar, mas o momento político impede qualquer andamento, portanto nossa situação é grave”.

A plenária também chamou atenção à rejeição do PL 257/16, que altera fundamentalmente os direitos do servidor público. Desde a interrupção de progressões, suspensão de acordos e congelamento de salários até a admissibilidade de plano de demissões voluntárias estão previstos no PL. O servidor Daniel Oliveira afirma que há uma grave ameaça na universidade, “estamos na iminência de todos perderem emprego, de voltarem atrás com nossos direitos, a universidade está ameaçada!”, brada ele.

Juventude contra o golpe

Em palavras de ordem e debate sobre genocídio do povo negro, ameaças à educação pública, a juventude do CFP esteve o tempo todo na plenária frisando sua oposição ao golpe e incentivando ações conjuntas. O estudante, Ivan de Almeida, um dos organizadores do movimento dos estudantes, diz que “as pautas estudantis são para a defesa da educação, contra os cortes e pela garantia da assistência dos programas sociais à população de baixa renda, que está ameaçada com o golpe”. Com isso, a juventude amplia a sua pauta até as questões sociais que estão na agenda atualmente.



APUR SE JUNTA ÀS DEMAIS CATEGORIAS EM ATO CONTRA O GOLPE

Respondendo à deliberação da última assembleia, docentes do CCAAB e do CETEC estiveram presentes em Cruz das Almas para a atividade de Paralisação do 10 de maio, contra o golpe, a demissão de terceirizados na UFRB e o PL 257/16. A atividade marcada era uma plenária conjunta, no entanto os discentes decidiram fechar a universidade, e convidaram a APUR a fazer parte do movimento. Como a intenção do sindicato é caminhar junto com as demais categorias que compõem a universidade, alguns docentes se juntaram ao movimento dos estudantes.

O presidente da APUR, professor Antonio Eduardo Oliveira, colocou que o fundamental é ter consciência de que o país vive um processo de golpe político, e a situação atual mostra que não se pode ter muita expectativa na institucionalidade: “A saída é a organização e participação dos movimentos sociais”, completou o professor.

Antonio Eduardo ainda lembrou que a participação docente no movimento de hoje (a paralisação) também se deu pela necessidade de se lutar contra as demissões de

terceirizados na UFRB e contra o PL 257/16, que é mais um ataque à classe trabalhadora brasileira. “A situação dos terceirizados na UFRB é gravíssima. Por isso é importante que todo mundo esteja se mobilizando para tentar garantir o emprego desses companheiros. Sabemos das dificuldades da universidade e do ensino público, mas nós temos que defender o interesse dos nossos, e os terceirizados são parte de nossa comunidade”, concluiu o presidente da APUR.

Além dos discentes que estavam encabeçando a movimentação (CCE e Levante Popular da Juventude), estiveram presentes docentes, servidores técnico-administrativos (ASSUFBA), pastoral da juventude, APUR e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Após uma breve intervenção das categorias, o movimento decidiu seguir rumo à BR 101.

Sabendo da importância que é discutir a questão dos terceirizados e do PL 257/16, os docentes do CCAAB e CETEC presentes decidiram remarcar a discussão para a próxima quinta-feira (19), às 13 horas, em Cruz das Almas.





CCS DISCUTE RELAÇÃO ENTRE A CRISE POLÍTICA DO PAÍS E A UFRB

Na manhã dessa terça-feira (10), estiveram presentes no Centro de Ciências da Saúde (CCS) por volta de 70 pessoas entre docentes, servidores técnico-administrativos e discentes para discutir a pauta proposta pela APUR: o golpe em curso, os cortes na UFRB e o PL 257.

Os participantes começaram suas intervenções fazendo uma análise da conjuntura atual, pontuando as forças políticas em jogo e as perspectivas futuras para o Brasil e para a UFRB. Foi pontuado por vários participantes como surge e o impacto que o golpe em curso tem para o país como um todo e também para a UFRB. Além disso, foi destacada relação existente entre os 3 pontos da pauta proposta, demonstrando o momento

delicado politicamente em que estamos e o impacto que isso já tem acontecido na UFRB, principalmente no ano de 2016, onde os cortes orçamentários estão mais evidentes em nossa universidade.

No final da reunião foram feitos dois encaminhamentos: a realização de duas oficinas de cartazes contra o golpe (uma na própria terça-feira, e outra na quarta-feira (11)) e a articulação de aulas públicas nas praças de Santo Antônio de Jesus onde professores possam falar sobre temáticas que envolvam uma formação política para a população como um todo, ação essa que deverá ser feita a partir da articulação com outros sindicatos, movimentos sociais e outras organização de cunho popular.









PLENÁRIA DO CAHL DECIDE PELA CONTINUIDADE DAS DISCUSSÕES

Na tarde dessa terça-feira (10), realizou-se uma plenária dos docentes, servidores técnicos, discentes e terceirizados do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), como parte das atividades políticas da paralisação nacional na UFRB. Aconteceu um intenso debate sobre a conjuntura política, em relevo o golpe político em curso, na

véspera da votação da admissibilidade de impeachment pelo senado federal.

Foi discutido o cenário de ajuste fiscal e de ataques contra o ensino público, expresso nos cortes de verbas e demissões na UFRB. Formou-se um grupo de trabalho para acompanhar o cenário político e preparar uma nova plenária para o dia 19 de maio, às 16: 30 no CAHL.



POR DEMOCRACIA, BRASILEIROS VÃO ÀS RUAS EM TODO O PAÍS

Trabalhadores cruzam os braços no “Dia Nacional de Paralisações”. Pelo Brasil, movimentos sociais bloqueiam rodovias e avenidas

Luiz Carvalho – CUT



O “Dia Nacional de Paralisações”, chamado pela Frente Brasil Popular, marcado para esta terça-feira (10), marca a luta contra o golpe em curso que pretende derrubar a presidenta Dilma Rousseff. Pelo País, desde a madrugada, trabalhadores cruzaram os braços e movimentos sociais bloquearam avenidas e rodovias.

Até o fechamento desta matéria, havia registros de manifestações na Bahia, Espírito Santo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraíba, Paraná, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

São Paulo

Os bloqueios começaram ainda na madrugada. Às 8h estavam travadas as marginais Tietê e Pinheiros (em dois pontos), além de Radial Leste e 23 de maio. As rodovias Imigrantes, Zeferino Vaz, Rio-Santos e Hélio Smidt. Pelo estado, algumas paralisações de trabalhadores, entre eles os petroleiros de Mauá.

Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte, contra a perda de direitos trabalhistas, os trabalhadores rodoviários organizaram uma paralisação que retirará de circulação os ônibus da capital, Natal, até às 12h. Pela democracia, portuários participam de um ato nas Docas.

Ceará

No Ceará, vias da Aldeota foram fechadas pelos manifestantes. Rurais ligados a CUT e MST travaram rodovias estaduais e promoveram manifestações contra o golpe. Na capital, uma caminhada pela região central reuniu milhares de trabalhadores. Durante o ato, o comércio local foi fechado.

Após às 12h, servidores públicos fecharam o cruzamento das avenidas Pontes Vieira e Desembargador Moreira e protestaram em frente a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Rio de Janeiro

Os cariocas travaram as rodovias Dutra e Rio-Santos, ambas nos dois sentidos. Na refinaria Duque de Caxias, houve paralisação e assembleia geral com os trabalhadores.

Minas Gerais

Agricultores familiares bloquearam as BRs 262 e 116. Em Congonhas, manifestantes fecharam o trevo que dá acesso às mineradoras Vale, Gerdau e CSN, impedindo as atividades no local. Os ativistas lembraram a tragédia de Mariana (MG) e condenaram o acordo firmado entre Vale-Samarco e o governo brasileiro.

Na cidade de Betim, os trabalhadores da Petrobras cruzaram os braços na manhã desta terça-feira (10).

Piauí

Entroncamento da BR 407 e BR 116 ocupadas, na altura do município de Picos, no Piauí.

Espírito Santo

Manifestantes bloquearam a BR-262. Na região central, os movimentos organizados queimaram pneus para fechar algumas vias. O grupo seguiu em marcha até o Palácio Anchieta, onde foi duramente atacado pela Polícia Militar.

No município de São Mateus, os manifestantes foram para a porta da Rede Gazeta, afiliada da Globo na região, e protestaram contra a emissora carioca.

Pernambuco

Em Pernambuco, a BR-101 e a BR-232 foram travadas. Manifestantes saíram em marcha até a frente da fábrica da Vitarela, onde houve uma assembleia com trabalhadores. Na capital, Recife, os metroviários aderiram ao “Dia Nacional de Paralisações” e anunciaram redução da frota de trens, que deve funcionar apenas nos horários de pico.

Rio Grande do Norte

O transporte público também foi alvo de paralisação no Rio Grande do Norte, onde os rodoviários anunciaram que não haverá ônibus em circulação durante todo o dia. No estado do Amazonas, a BR-174 foi trancada nos dois sentidos na altura da cidade de Presidente Figueiredo. Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte bloquearam as diversas entradas do campus principal da instituição.

Paraná

Curitiba amanheceu com uma intervenção artística no centro da cidade. Centenas de balões com formato de coração ocupavam as calçadas. Uma manifestação na BR-277 bloqueou a via. A BR-600 segue travada, assim como a BR-158. Já na metade da manhã, aproximadamente duas mil pessoas deram um abraço simbólico na sede do Banco do Brasil em Curitiba, na Praça Carlos Gomes, região central da capital paranaense. Os manifestantes, com a ação, lembraram que o vice-presidente, e principal articulador do golpe, pretende privatizar as empresas públicas.

Distrito Federal

No Distrito Federal, as BRs 020, 060 e 070 foram bloqueadas.

Rondônia

Em Rondônia, os movimentos de atingidos por barragens bloquearam a rodovia BR-364, na altura da cidade de Candeias do Jamari. Os manifestantes protestaram contra o golpe e lembraram a tragédia de Mariana (MG), que completou seis meses no último dia 5.

Rio Grande do Sul

Ocorreram bloqueios com três horas de duração na Região Metropolitana de Porto Alegre e no interior do Estado. Houve queima de pneus e protestos na BR-290, em Eldorado do Sul, na BR-166, em Sapucaia do Sul, na RS-040, em Viamão, na RS-118, em Sapucaia do Sul, na BR-116, em Caxias do Sul, na BR-285, em Santo Antonio das Missões, na BR-386, em Nova Santa Rita, na BR-386, em Carazinho, na BR-392, em Rio Grande, na BR-153, em Marcelino Ramos, na BR-158, em Santa Maria, na BR-290, em Alegrete, e na Avenida Guilherme Shell, em Canoas. Os petroleiros também aderiram ao dia nacional de paralisação da FUP.

Santa Catarina

Na cidade de Chapecó, na divisa com o Rio Grande do Sul, a SC 480 foi fechada pelos manifestantes.

Paraíba

Na Paraíba, os ônibus não rodaram nas primeiras horas do dia na capital, João Pessoa. As BRs 101 e 230 foram bloqueadas.

Bahia

Na Bahia, estudantes bloquearam a entrada do campus Ondina da Universidade Federal da Bahia. Pneus foram queimados para garantir a interdição das BRs 101, 324 e 093. Na capital, Salvador, diversos protestos se espalharam pela cidade e houve travamento das avenidas Suburbana e Garibaldi. A BA 522, na altura de Candeias, foi fechada pelos manifestantes.

Trabalhadores do Correios aprovaram greve de 24 horas no estado. Às 0h da próxima quarta-feira (11), os servidores voltaram para os seus postos.

Mato Grosso

No Mato Grosso, trabalhadores organizaram panfletagens na frente de bancos e repartições públicas.

Maranhão

No Maranhão, a BR 222 foi interditada nos dois sentidos.

Sergipe

Movimentos ligados a Frente Brasil Popular se reuniram no Alto Sertão e no Baixo São Francisco para uma manifestação contra o golpe.

3ª DECLARAÇÃO FORUM RENOVA ANDES-SN DIA 10: JUNTOS COM OS COMITÊS CONTRA O GOLPE, PARAR AS UNIVERSIDADES!

EXIGIR DO ANDES-SN QUE LUTE CONTRA O GOLPE!

O Golpe de estado em curso no país chega a um momento crucial. Dia 11 de maio está prevista a votação da Comissão Especial do Impeachment no Senado que levará ao afastamento da presidente Dilma por até 180 dias e a posse de um governo golpista encabeçado por Temer e apoiado nas forças mais reacionárias que buscam se apropriar do governo em nome do imperialismo. O afastamento de Cunha pelo STF faz parte do teatro com que tentam legitimar o golpe.

Os golpistas têm pressa. Pressa porque o programa exigido pelo imperialismo tem de ser implantado já. Trata-se do fim das vinculações orçamentárias obrigatórias para a saúde e a educação; da desindexação do salário mínimo e das aposentadorias da inflação; trata-se de entregar o pré-sal com a volta do regime de concessão na exploração do petróleo.

Mas se trata, sobretudo, de abrir caminho a um ataque sem precedentes contra o PT, a CUT, o MST, o MTST e a todas as organizações construídas pela classe trabalhadora, que não poupará ninguém, nem mesmo aos setores que negam o golpe de estado e se recusam a lutar contra ele, como a CSP-Conlutas e a direção do ANDES-SN.

Ataque que já começou e que atinge diretamente as universidades. No último 29 de abril, a Justiça mineira proibiu o CA Afonso Pena da Faculdade de Direito de realizar qualquer atividade relativa ao golpe ou à situação política. Uma violência digna dos tempos da Ditadura Militar, mesmo que determinação tenha sido revogada 4 dias depois. Mas o caminho se abre. No dia 5 de maio, o MPF do Rio Grande do Norte abriu procedimento para apurar suposta improbidade administrativa por parte da Reitoria da UFRN por conta da realização de atos e debates contra o golpe nas dependências desta universidade. O mesmo ocorreu na UFG: dois procuradores baixaram proibição de qualquer manifestação contra o golpe, ato que atingiu outros 30 órgãos públicos, determinação que ainda não foi levantada.

É um insuportável ataque à liberdade de expressão e manifestação e à autonomia universitária que prefigura o que seria um governo golpista. Mostra também a forte articulação entre os golpistas, o Judiciário e o Ministério Público envolvidos na trama do golpe comandado pelo imperialismo.

MAS O POVO RESISTE: PARALISAÇÃO NACIONAL DIA 10 DE MAIO. PARALISAR AS UNIVERSIDADES

Depois das manifestações que seguem se sucedendo desde 18 de março, é hora de dar um passo superior na resistência. O dia 10 de março, dia nacional de paralisação convocado pela CUT, CTB e Intersindical, é o momento de enfrentar o golpismo com os métodos próprios da classe trabalhadora, parando a produção e os serviços. Os professores, estudantes e servidores das universidades já se engajaram nesse caminho, como mostram as dezenas de comitês formados e atividades realizadas de norte a sul do país.

É hora de organizar assembleias das comunidades universitárias contra o golpe, como já se fizeram várias IES, a mais recentemente a UNIFESP, cuja assembleia decidiu por organizar a paralisação do dia 10 na universidade.

É hora de tirar posições de adesão à paralisação nacional de 10 de maio. Mas chegou a hora também de exigir do ANDES-SN que abandone a vergonhosa posição de sua direção, que se recusa a resistir ao golpe, repercutindo a posição da CSP-Conlutas, como decidiram os professores da USP e como fez a assembleia geral da Seção Sindical da Universidade Estadual do Ceará que dirigiu à diretoria do ANDES-SN moção neste sentido.

NAS ELEIÇÕES DO ANDES-SN: VOTO EM BRANCO POR OUTRA ORIENTAÇÃO PARA O SINDICATO

No dia 10 também começam as eleições do ANDES-SN, com chapa única, que por sua vez sustenta esta posição de capitulação diante da reação. Não podemos compactuar com a continuidade da política que, na prática, se nega a lutar contra o golpe, favorecendo o esmagamento da democracia e dos direitos. Eis porque chamamos os docentes sindicalizados a negar seu apoio a esta chapa, sufragando o voto branco.

6 de maio de 2016
FÓRUM RENOVA ANDES-SN
Contato: forumrenovaandes@gmail.com

O ANDES-SN SE RECUSOU A LUTAR CONTRA O GOLPE DA DIREITA

Antonio Eduardo Alves de Oliveira
Professor UFRB

Na luta democrática é fundamental denunciar o autoritarismo de um estatuto antidemocrático elaborado sob medida por uma burocracia sindical que continua manipulando o aparato ao seu bel prazer. Agora mesmo, dois anos de crise política e a burocracia do ANDES-SN abortou qualquer discussão política nos congressos. Para eles, “golpe é coisa de governista”. Por que a diretoria do ANDES-SN (PCB/PSOL e agora novamente PSTU) não quer discutir política? Simplesmente para fazer o que quiser, inclusive participando de atos pelo Fora Dilma no 1º de abril e 1º maio a revelar

das bases. A diretoria do ANDES-SN não tem absolutamente nenhum respeito aos “espaços coletivos”, até mesmo os congressos manipulados e outras “instâncias” controladas por ela mesma. A diretoria do ANDES-SN preferiu adotar o ultraesquerdismo doentio do CSP/PSTU e ser bucha de canhão da direita golpista, afinal não se mistura com “governistas”. A “nova” diretoria do ANDES-SN poderá discutir a política educacional com o ministro da educação do DEM. A capitulação da diretoria do ANDES-SN aos golpistas em nome de combate ao governismo é uma cegueira política completa. Nenhum voto em quem apoia os golpistas!!

NOTÍCIA ANDES-SN - AGENDA TEMÁTICA DO SETOR DAS FEDERAIS Foca EM CARREIRA, AUTONOMIA E DEMOCRACIA

O 35º Congresso do ANDES-SN, realizado no início de 2016 em Curitiba (PR), aprovou uma agenda temática que integra o Plano de Lutas do Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes). Nos meses de abril e maio, os temas abordados pelo Setor são a carreira docente, autonomia e democracia nas IFE.

Como ações para implantar esta agenda em abril, as seções sindicais do setor devem realizar debates e ações relacionadas ao desenvolvimento na carreira docente (promoção, progressão, enquadramento e RSC) nas IFE e enviar informações acerca desse processos nas instituições, inclusive sobre efeitos retroativos e financeiros, à secretaria do ANDES-SN.

No mês de maio, o tema é autonomia e democracia, e as seções sindicais devem aprofundar os debates sobre Universidade brasileira (tendo por base o Caderno 2 do ANDES-SN), especialmente nas IFE que estejam realizando processos estatuintes, destacando os temas democracia e autonomia universitária em contraposição à proposta de Lei Orgânica da Andifes.

Na última reunião do Setor das Ifes, realizada nos dias 15 e 16 de abril, os docentes deliberaram que as seções sindicais devem enviar informações sobre o desenvolvimento da carreira docente e processos estatuintes em curso a secretaria do ANDES-SN para subsidiar as discussões sobre os assuntos em curso.

Circulares

Na Circular 106/2016, é solicitado às seções sindicais que enviem, até 29 de abril, informações referentes a processos de promoção/progressão/RSC, inclusive sobre efeitos retroativos e financeiros, bem como em relação ao número de docentes que recebem o abono de permanência e a demanda de concurso público em cada instituição para o email secretaria@andes.org.br

Já na Circular 107/2016, o Setor das Ifes pede que as seções sindicais aprofundem os debates sobre Universidade brasileira, especialmente nas instituições que estejam realizando processos estatuintes, destacando os temas democracia e autonomia universitária em contraposição à proposta de Lei Orgânica da ANDIFES. As seções sindicais têm até dia 5 de maio para enviar ao email secretaria@andes.org.br informações sobre os processos estatuintes em curso.

Próxima reunião do Setor

Uma nova reunião do Setor das Ifes foi convocada por meio da Circular 105/2016, para os dias 14 e 15 de maio (sábado e domingo), na sede do ANDES-SN em Brasília (DF). Na pauta estão informes nacionais, informes das seções sindicais, avaliação da conjuntura, atualização do Plano de

Lutas do Setor e dos SPF, outros assuntos e encaminhamentos.



COMUNICADO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA

A Associação Latino Americana de Sociologia vem a público expressar sua profunda preocupação e seu repúdio a visíveis sinais, situações e atitudes de discriminação ideológica, relacionadas ao momento político brasileiro e ao nível de polarização encontrado no país. Professores e profissionais associados a perspectivas críticas vêm sendo acusados de “comunistas” e “socialistas”, como se esses rótulos representassem posições ilegais ou moralmente inadmissíveis em sociedades democráticas, pluriideológicas e pluripartidárias. Vários destes profissionais estão sendo perseguidos e, eventualmente, demitidos em instituições privadas, como testemunha o caso do Profº Paulo César Ramos, cientista social, mestre em Sociologia e doutorando em Sociologia pela USP, que foi recentemente demitido da escola em que trabalhava, sem explicações e sem justa causa, por pressão de pais de alunos.

Outro indício de que há uma ofensiva contra professores que buscam o caminho do esclarecimento e da reflexão é a recente pregação de ONGs e de políticos no sentido que os pais “defendam” seus filhos da “doutrinação” esquerdista, feminista, dos direitos humanos e do pluralismo religioso. Médicos deixam de atender crianças filhas de pessoas vinculadas ao partido político no governo, ações agressivas vêm ocorrendo nas redes sociais e figuras públicas e personalidades são hostilizadas por se encontrarem associadas à luta contra o impeachment da Presidente Dilma, independentemente de seu vínculo a qualquer partido ou ausência de vinculação partidária.

Nas últimas semanas viemos acompanhando a repercussão da Palestra proferida pela Dra. Rita Laura Segato no III Ciclo de Debates do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Feministas - GPFEM da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, que tematizou o “feminismo descolonial”. Nos preocupa a forma como essas atividades, os temas, o Grupo, a Dra. Rita Laura Segatto, a coordenadora do GPFEM, Dra. Anete Roese, têm sido tratadas por parte de alguns grupos e setores conservadores da sociedade. Temos visto reações e manifestações com forte carga de violência, distorcendo tanto o conteúdo das atividades realizadas quanto o seu propósito, colocando em risco a liberdade de pensamento e a produção acadêmica que é própria do espaço universitário. Afirmamos a importância e o caráter imprescindível do trabalho desenvolvido pela instituição e pelo grupo, assim como em todos os espaços de debate e produção dos Estudos Feministas e de Gênero, particularmente quando são vítimas de processos inquisidores, o que por si só demonstra a sua relevância.

Como uma associação internacional de estudos sobre a sociedade, comprometida com os valores democráticos, a liberdade e a igualdade para todas e todos, a ALAS não pode furtar-se a chamar a atenção dos(as) cientistas sociais brasileiros(as) e latino-americanos(as) para o fato de que essas atitudes guardam relação não-acidental com um momento histórico cruel e obscuro da história recente da humanidade, que se expressou no nazi-fascismo, na perseguição política e social e no genocídio. Recomendamos, portanto, que a sociedade brasileira atente para esses preocupantes indicativos e que as sociedades latino-americanas englobadas na jurisdição de nossa Associação expressem sua inequívoca solidariedade às pessoas que estão sendo alvo de intimidação, discriminação e perseguição em função de suas posições intelectuais críticas, de esquerda ou vinculadas aos movimentos sociais e populares em nossa região.

Representando o mandato da junta diretora que, reunida em Montevideú, decidiu fazer este comunicado.

Dra. Nora Garita

Presidenta ALAS

Dra. Ana Rivoir

vicePta. ALAS

MOÇÃO CONTRA DEMISSÕES NA UFRB: EM DEFESA DOS EMPREGOS DOS/AS TRABALHADORES/AS TERCEIRIZADOS/AS

Nós, docentes da UFRB, através de assembleia da APUR do dia 05 de maio de 2016, externamos nossa posição veementemente contrária às demissões em curso, principalmente em período de crise econômica, desemprego elevado e instabilidade política no país.

A Reitoria da UFRB anunciou no início de maio de 2016 uma série de cortes de despesas da universidade como um todo, conforme link: <https://www.ufrb.edu.br/agencia/images/documentos/2016/apresentacao-orcamento-ufrb-2016.pdf>, dentre as medidas anunciadas nas “Ações de Enfrentamento em Redução de Despesas” consta a demissão de 126 trabalhadores/as terceirizados ou cerca de 27,3% do total de 461 trabalhadores/as, passaremos a ter na UFRB apenas 335 trabalhadores terceirizados, conforme dados informados pela Reitoria. Consideramos qualquer demissão, ainda que isoladamente, um dano ao trabalhador, a sua família e a sociedade, bem como um enfraquecimento da própria estrutura universitária de funcionamento em geral. Pode-se ter uma ideia do impacto das demissões quando se observa os percentuais por categoria/setor de trabalhador terceirizado que será demitido. Haverá ainda corte de aproximadamente 32% no Setor de Apoio Administrativo, Manutenção e Jardinagem, reduzido de 177 para 121 trabalhadores ou cerca de 32% a menos (ou 56 demitidos), teremos também redução de 12% do pessoal de Limpeza (ou 15 demitidos), diminuindo de 125 trabalhadores para 115, e, por fim, redução de cerca de 11,4% do total de Motoristas, reduzindo de 44 para 39 trabalhadores (ou 05 demitidos). São demissões que irão impactar profundamente o funcionamento da universidade, principalmente por ser uma Universidade que funciona em várias cidades.

Esses cortes representam concretamente que 126 famílias de trabalhadoras e trabalhadores do Recôncavo ficarão sem um trabalho formal (com direitos do trabalho, seguridade social e com salário). Apesar de condições por vezes adversas impostas pela própria condição do processo de terceirização em geral no Brasil, que muitas vezes apenas camufla formas perversas e aviltantes de precarização do trabalho e de exploração da condição social do trabalhador, estabelecendo práticas de usurpação de direitos, mas é uma forma de sobrevivência digna e honrada das pessoas. São por demais conhecidas denúncias contra empresas terceirizadas em Universidades Federais (e outras instituições), que atrasam salários e, em muitos casos, decretam falência para não pagarem direitos e vantagens (salários, férias etc.), e, na sequência, mudam de nome e CNPJ e, muitas vezes, os mesmos grupos continuam explorando o trabalhador e gerindo as novas empresas. Existem também diversas ações da justiça e do direito do trabalho em prol dos trabalhadores e contra a perversidade do processo de terceirização.

Se essas demissões acontecerem como anunciado, oficialmente agora em 2016, sem dúvida irão impor um processo de intensificação do trabalho e precarização, pois irá acumular trabalho para os que estão em atividade e precarizar às condições de trabalho e reduzir provavelmente a qualidade do serviço realizado, certamente não por vontade do trabalhador individual ou coletivamente, mas pelas condições estruturais de contenções apresentadas. Além de provocar um impacto em todas as outras áreas da universidade, já que os serviços prestados pelos trabalhadores terceirizados são hoje fundamentais para o bom funcionamento de todas as outras atividades (pesquisa, ensino, extensão e administração). Portanto, o impacto da redução desses trabalhadores e da qualidade do trabalho destes será bastante significativo.

Em 2015, o movimento docente nacional e local em greve conseguiu barrar as demissões motivadas pelo Ajuste Fiscal do governo federal e dos cortes na Educação. Hoje, em maio de 2016, a Reitoria trás novamente a prática das demissões (como parte do ajuste fiscal) e nós não poderemos aceitar esse tipo de medida restritiva e que sinaliza para intensificação da precarização em várias atividades de nossa Universidade. Ainda que a Reitoria esteja justificando suas ações afirmando que está seguindo resoluções/portarias do Governo Federal, mas é preciso resistir e, acima de tudo, é preciso lutar por uma Universidade de Excelência e por uma Universidade Pública, Gratuita e socialmente referenciada. Como somos uma Universidade com singularidades e que se coloca pela defesa, sobretudo, da melhoria social da região onde atua (do Recôncavo) e que tem uma forte política de inclusão e de valorização de povos e grupos que foram alijados por anos do acesso à universidade (como os pobres, negros e indígenas), então, temos um o compromisso de lutar contra essas demissões tanto como instituição, produtora de saber, quanto como uma Universidade fruto da interiorização do ensino superior público federal.

Somamo-nos aos companheiros e companheiras que juntos avançam na luta contra o Ajuste Fiscal e em defesa do emprego e do desenvolvimento social com equidade. A defesa da UFRB pública, gratuita e de qualidade passa hoje pela luta contra o Ajuste Fiscal e contra restrições ao orçamento da Educação. Não podemos aceitar demissões e a precarização das condições de trabalho (ensino, pesquisa, extensão e trabalho administrativo) com o objetivo de fazer superávit primário para saciar a gana do mercado financeiro. Os trabalhadores não podem pagar a conta da crise econômica.

Por fim, cabe registrar que em nenhum dos decretos citados e portarias no link da UFRB (que são de contenção de gastos e uso racional dos bens e serviços no âmbito do poder executivo) falam em demissão de trabalhadores terceirizados. Ou seja, parece-nos que a Reitoria escolheu por decisão singular esse caminho de cortes contra o emprego dos trabalhadores (o caminho das demissões). E nós, docentes filiados a APUR, entendemos que outros caminhos poderiam (e podem) ser tentados (principalmente de forma coletiva e comunitária), incluindo resistir institucionalmente ao pacote de cortes do ajuste fiscal em nome da Universidade pública, gratuita e de qualidade.